

# PFL dá só 30 dias para não romper

CARLOS CHAGAS

Trinta dias. É esse o prazo que as lideranças e até os ministros do PFL estão fixando para que o partido examine a hipótese de deixar o governo e adotar uma linha de independência. Ou, se for o caso, de oposição. Não são os líderes, pessoalmente, muito menos os ministros liberais, que dirigem essa corrente e sustentam tendência tão inusitada. Por eles, apesar dos percalços, o lugar do PFL é ao lado do presidente José Sarney. Mas acentuam não poder mais impedir a rebelião de suas bases. Cada deputado, senador ou ministro do PFL que viaja ao seu Estado e mantém conversas políticas, volta estarelecido. Todos recolhem queixas e reclamos cada vez maiores, atingindo o governo e, em especial, a política econômico-financeira. As bases liberais personalizam esse sentimento e, de críticas veementes à ação do ministro Dilson Funaro na Pasta da Fazenda, partem para verdadeiras catilinárias contra o Palácio do Planalto. Alinham casos concretos de desprestígio e de massacre político, também, tendo em vista que em todos os Estados, menos Sergipe, os governadores são do PMDB e Brasília, tentando conquistar o apoio de elites, mais vai deixando as bases liberais ao sol e ao sereno. Trata-se, para o conjunto, de um problema de sobrevivência. Como vai, o PFL arrisca-se a se transformar num pequeno partido.

Esse diagnóstico não provém de nenhum vereador ou líder paroquial do PFL. E de dois de seus ministros e de diversos de seus parlamentares. Eles não querem fazer de sua guerra ao ministro Dilson Funaro mais do que ela é, ou seja, um jogo de poder e de influência. Mas assistem generalizar-se a frustração em suas bases. Daí ficarem diante de grave dilema. Não refletindo, essa tendência o levará a ficar com o governo, sem as bases, vendo erodir seu futuro político, ou, no reverso da medalha, a acompanhar a contragosto o sentimento generalizado de seus companheiros nos Estados e municípios, desligando-se do governo.

Em qualquer dos casos o remédio sai pior do que a doença, porque ou o presidente José Sarney ficaria prisioneiro do PMDB, no caso do rompimento, ou os ministros do PFL, ficariam sem maior representatividade, permanecendo ao lado do presidente José Sarney. E isso, ironicamente, quando a direção do partido não duvida de estar muito mais próxima do chefe do governo, política e doutrinariamente, do que o PMDB. Parlamentares liberais chegam a dizer que, para os peemedebistas, Sarney se apresenta como uma realidade descartável, da qual se livrarão o mais breve possível, fixando o mandato presidencial no máximo em quatro anos. Eles, pelo contrário, tentam sustentar os seis anos, mas, até nisso, estão sendo censurados por suas bases.

Tem motivos óbvios o prazo de 30 dias para que as coisas se aclarem, levando os ministros a ter que decidir pela permanência ou a retirada, e os deputados e senadores ao fim da Aliança Democrática. Trata-se do mesmo prazo que, salvo engano, o Palácio do Planalto está dando a Dilson Funaro para que acerte ou peça as contas. Registram os liberais um estado de quase exaustão do País diante do ministro da Fazenda. Lembrem que há um mês quando da reunião do Conselho de Segurança Nacional, durante a qual foi anunciada a moratória técnica do pagamento dos juros de dívida externa, foram dos ministros do PFL as maiores interperações por ele recebidas. Queriam saber quais as reservas líquidas do País, lá foi, e não obtiveram resposta conclusiva, ficaram a ver navios, também, quando indagaram sobre o vencimento dos empréstimos de curto prazo, destinados a financiar exportações e importações. Um dos ministros, Jorge Konder Bornhausen, formulou sete perguntas a Funaro. Quatro não foram respondidas, duas versaram sobre tema diferente e só um foi enfrentada de frente, mesmo assim porque Sarney antecipou-se ao ministro da Fazenda e falou por ele.

Os ministros do PFL estão aproveitando seus espachos com o presidente para elocar a gravidade da situação, o mesmo fazendo os parlamentares, em suas audiências. De uns dias para lá não deixam de apresentar críticas diagnósticas pormenorizadas sob as dificuldades verificadas em todo o País, relacionadas com a economia e a marginalização das suas bases pelos novos governadores do PMDB. Falam abertamente sobre a necessidade da substituição de Dilson Funaro, caso a crise econômica não venha reverter. Essa definição, imagina assume proporções muito superiores da propalada mudança de ministro, que só teria sido em função da mudança de ministro da Fazenda, ou, certo, do sucumbimento de iniciativas por ele comitadas.

Esse é o estado de espírito do PFL. Parece difícil que seus dirigentes não encontrem uma solução capaz de aplacar as as de suas bases, fazendo-os permanecer ao lado do presidente José Sarney, mas se eles são os primeiros a elocar a hipótese do desligamento, sabe-se ao menos o clima de ebulição inante no partido.

Porque, no fundo, o problema é mesmo de sobrevivência. Tendo conseguido eleger 103 deputados federais em novembro passado, constituindo-se na segunda maior bancada no Congresso, os liberais sofreram esmagadora derrota nas disputas majoritárias, seja para o Senado, seja para os governos estaduais. Os seus filiados ressentem-se das dificuldades generalizadas no País, já que em maioria, pertencem à classe média e são assalariados ou pequenos empresários e agricultores.

Seus ministros são todos amigos pessoais do presidente José Sarney, mas uma decisão adotada formalmente pela cúpula, por pressão das bases, levaria todos, sem exceção, a solicitar demissão.



# Liberais já preparam a candidatura de Aureliano

BELO HORIZONTE  
AGÊNCIA ESTADO

A candidatura do ministro Aureliano Chaves à sucessão do presidente José Sarney já está sendo preparada pelo PFL e será deflagrada tão logo seja fixada a duração do atual mandato presidencial. Há dias a informação vinha sendo mantida em sigilo pelos líderes do PFL e ontem foi revelada, em Belo Horizonte, pelo ex-deputado federal Paulino Cicero de Vasconcelos, atual presidente da seção mineira do partido de Aureliano. Segundo Paulino, o ministro das Minas e Energia "já se tornou o candidato natural do PFL à Presidência".

O dirigente do PFL mineiro explicou que toda a estratégia da campanha do futuro candidato Aureliano Chaves depende apenas das discussões sobre o mandato do presidente Sarney. "Estamos numa en-

cruzilhada, pois o atual texto constitucional diz que o mandato será de seis anos, mas a Constituinte é soberana e poderá dispor em contrário. Isso gera insegurança para nós, principalmente porque acreditamos num mandato definido a partir do desempenho da economia brasileira", afirmou o ex-deputado.

Paulino Cicero disse, ainda, que a preocupação com a duração do mandato de Sarney já atingiu até mesmo o atual presidente da República. Ele observou que "só um governo politicamente forte é capaz de tomar decisões corajosas" e admitiu que hoje, no País, "não existe um presidente forte exatamente porque ele não consegue fixar a duração de seu mandato". Esta situação, segundo Paulino, também vem sendo estudada e discutida, "abertamente" pelo PFL, o segundo maior partido da Aliança Democrática que, em sua opinião, "hoje precisa entrar

mais na formulação da política e das decisões econômicas do governo".

Este novo modelo de relacionamento com o governo Sarney e até mesmo a duração do atual mandato presidencial serão objeto de um simpósio que reunirá em Belo Horizonte, no dia 6, todos os líderes do PFL nas Assembleias Legislativas dos Estados. O ex-deputado Paulino Cicero garantiu que o simpósio não tem uma pauta definida. Mas o principal organizador do evento, deputado estadual Milton Sallies, líder do PFL no Legislativo mineiro, assegurou que será discutida até mesmo a hipótese de rompimento do seu partido com o governo Sarney.

"Eu considero que o PFL está numa fase de grande mobilização e esta grande mobilização pode realmente levar a isso", admitiu Paulino Cicero ao ouvir a previsão de Milton Sallies.

# "Farsante", a acusação contra Covas

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A falta de democracia das lideranças do PMDB foi denunciada ontem por vários setores do partido, que criticaram os critérios e os acordos para a escolha dos presidentes, vice-presidentes e relatores das comissões temáticas da Assembleia Nacional Constituinte.

Os peemedebistas acusaram o líder Mário Covas de ter feito um acordo prévio com o líder do PFL, José Lourenço, impedindo que todos os constituintes participassem da indicação dos nomes para as comissões. Co-

vas foi a todas elas, explicou os mecanismos políticos que conduziram às opções, admitiu a existência de acordos, mas não conseguiu eliminar as decepções.

Na Comissão de Soberania, o deputado Ziza Valadares (PMDB-MG) disse que se recusava a votar para eleger o presidente e os dois vice-presidentes "porque, sem qualquer consulta, os líderes já escolheram tudo antes e isso aqui virou uma farsa. Chega de receber prato feito e bancar a vaca de presépio".

O senador Ronan Tito (PMDB-MG), da Comissão de Ordem Social,

justificou que o plenário tinha o direito de rebelar-se, em função da atuação de Mário Covas. A seu lado, o deputado Hélio Costa (PMDB-MG) observava que quem tinha chegado à liderança condenando justamente os acordos prévios de cúpula não poderia agir contraditoriamente.

Na Comissão de Ordem Econômica, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) reagiu à indicação do senador Severo Gomes, também do PMDB paulista, para relator, e alegou que eram muito parecidos, pois têm propriedades rurais e industriais, embora o preferido de Covas fosse muito mais rico. Houve certo tumulto e o

deputado Ismael Vanderley (PMDB-RN), que se distraiu, acabou propondo a eleição para relator entre Cardoso e o deputado José Lins (PFL-CE), embora este último estivesse com a garantia da presidência da comissão.

A bancada nordestina do PMDB ameaçou abandonar a Comissão do Sistema Tributário na hora da votação porque pensava que chegaria aos principais cargos para forçar uma drenagem maior de recursos para a região. Mas Francisco Dornelles, do Rio, foi indicado presidente e José Serra, de São Paulo, relator. Ainda que contrariados, os constituintes do Nordeste acabaram ficando no local.

O deputado Cássio Cunha Lima (PMDB-PB) reclamou dos "conchavos", da interferência dos governadores e do Planalto, salientando que os constituintes não tinham outra saída a não ser aceitar o que já estava determinado. Hélio Duque (PMDB-PB) acusou o governo de ter "passado dinastia" ao senador Severo Gomes. Já o deputado Nelson Aguiar (PMDB-ES) disse não entender como um processo constitucional tenha como base inicial critérios meramente políticos, deixando de lado a vivência dos parlamentares nos setores específicos das comissões e a capacidade de cada um.



Alencar Monteiro

Explicações de Covas não convencem sua própria bancada

# Excluída, Beth ameaça renunciar ao mandato

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

"Se não me derem lugar numa comissão, renunciarei ao mandato e voltarei ao meu Estado para dizer ao povo amazonense, que me elegeu para fazer a nova Constituição, que fui rejeitado, não me deixaram trabalhar." Essa ameaça, veemente, foi feita ontem à tarde, no plenário da Constituinte, pela deputada Beth Azize (PSB-AM), indignada por ter sido seu nome cortado da lista de integrantes da Comissão da Ordem Econômica.

Ela reclamou principalmente do PMDB, partido a que pertenceu no passado. "Hoje o PMDB está fazendo com os pequenos partidos o que faziam com ele sob o regime autoritário", afirmou, dirigindo-se ao presidente nacional do partido, Ulysses Guimarães. "O povo do Amazonas, acrescentou, mandou-me aqui para trabalhar. Não vou ficar ganhando sem trabalhar. Se esse problema não for resolvido nas próximas horas, renuncio ao mandato. E não sou mulher de não cumprir a palavra".

Antes de falar no plenário, a deputada havia procurado o líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, ouvindo dele que os entendimentos para a composição das comissões fo-

ram coordenados pelo líder do PMDB na Assembleia, Mário Covas, e que nenhum constituinte ficaria fora das comissões, cujas vagas foram fixadas em função do número exato dos constituintes. Beth Azize não se conformou, no entanto, pois receia ser designada para uma comissão com a qual não tenha nenhuma identidade.

A deputada não foi a única a reclamar. Sem ameaçar renunciar ao mandato, o deputado Augusto Carvalho (PCB-DF) também protestou contra o fato de ter sido seu nome cortado da lista de integrantes da Comissão de Ordem Social. "Não podemos aceitar este tratamento de constituintes de segunda classe", disse.

O deputado Fernando Santana (PCB-BA), informou que também foi excluído da Comissão da Ordem Econômica à revelia e por iniciativa do secretário-geral da Mesa, o funcionário da Câmara Paulo Afonso Martins. Disse que, apesar de surpreendido por sua retirada da comissão, não vai brigar para retornar. O deputado adiantou que não aceitará ser designado para nenhuma outra comissão, preferindo "passar de comissão em comissão, para acompanhar os trabalhos da Constituinte, sem fazer parte de nenhuma delas".

# "Figueiredo tem razão mesmo"

Obedecendo ao acordo entre os líderes do PMDB, senador Mário Covas, e do PFL, deputado José Lourenço, todos os cargos de relator das oito comissões temáticas da Constituinte ficaram nas mãos de peemedebistas; os liberais ficaram com sete presidências e o PDS com uma. Apenas dois membros de outros partidos integram a direção das comissões: Maurício Corrêa (PDT-DF) ficou com a primeira vice-presidência da Comissão de Sistema de Governo e José Elias Moreira (PTB-MS), com o mesmo cargo na Comissão de Família.

(PMDB-MG) e com a segunda, Adilson Mota (PDS-CE).

## Família

O deputado Marcondes Gadelha (PFL-PB) disputou com o gaúcho Mendes Ribeiro (PMDB) a presidência da Comissão de Família, Educação, Cultura, Esportes, Ciência, Tecnologia e Comunicação. E ganhou, como estava previsto. Mendes Ribeiro sentiu-se no direito de disputar o cargo, alegando que há mais de um mês encaminhara uma carta a Mário Covas apresentando-se como candidato. Artur da Távola (PMDB-RJ) foi confirmado como relator, sob os protestos de Hermes Zanetti (PMDB-RS), que revelou ter Mário Covas lhe prometido o cargo e não cumprido a palavra. As discussões foram acompanhadas de perto por Covas e Lourenço.

## Garantias

O PDS, como já estava acertado entre Covas e Lourenço, ficou com a presidência da Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições. O presidente Jarbas Passarinho (PA) indicou para relator o deputado Prisco Viana (PMDB-BA). Mais protestos do PMDB. O argumento: Passarinho como presidente e Prisco como relator significa a entrega do comando dos dois principais cargos da comissão ao PDS. O primeiro vice-presidente é Asdrubal Bentes (PMDB-PA) e o segundo vice, Saulo Queiroz (PFL-MG).

## Economia

O presidente da Comissão de Ordem Econômica, José Lins (PFL-CE), escolheu relator o senador Severo Gomes (PMDB-SP), apesar de outro peemedebista, Roberto Cardoso Alves, ter tentado submeter à votação a escolha do ocupante do cargo. O primeiro vice-presidente é o deputado Hélio Duque (PMDB-PR) e o segundo vice, o senador Albano Franco (PMDB-SE). A comissão divide-se em três subcomissões: a) de princípios gerais, intervenção do Estado, regime de propriedade do solo e atividade econômica; b) da questão urbana e transporte; c) da política agrícola e fundiária e da reforma agrária. A primeira será presidida pelo PDS e terá como relator Virgildário de Sena (PMDB-BA); a segunda, presidida pelo PMDB e o relator deve ser Ulysses de

Oliveira (PMDB-MG); a terceira deverá ser presidida por um membro do PFL. Tanto a deputada Irma Passoni (PT-SP) quanto Duque não gostaram das indicações. Segundo Duque, seus companheiros de direção da comissão são "desonestos, estelionatários, contrabandistas etc".

## Sistema de governo

A Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, tão logo foi instalada, começou o debate sobre a implantação do sistema parlamentarista, por iniciativa do deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), que sugeriu uma definição preliminar sobre o futuro regime de governo, sob pena de se comprometerem os trabalhos da própria comissão. Mas não se chegou a nenhuma conclusão. Três subcomissões tratarão especificamente do funcionamento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Os nomes escolhidos para a direção da comissão foram: Oscar Correia (PFL-MG), presidente; Eyrdio Ferreira Lima (PMDB-PE), relator; Maurício Corrêa (PDT-DF), primeiro vice-presidente; e Dalton Canabrava (PMDB-MG), segundo vice-presidente.

## Organização do Estado

Com a presença de apenas 43 dos 63 parlamentares que integram a Comissão de Organização do Estado, foi eleito presidente o deputado Thomaz Nogueira (PFL-AL). O vice-presidente escolhido foi Nabor Júnior (PMDB-AC) e o segundo vice-presidente, José Maranhão (PMDB-PB). O relator, José Rêgo (PMDB-PE), não pôde tomar posse porque está fora do País. Enquanto se instalava a comissão, o deputado Valmir Campelo (PFL-DF) distribuiu uma proposta de autonomia do Distrito Federal, com eleição direta para governador e vice e a formação de uma Assembleia Legislativa.

## Sistema tributário

O presidente eleito da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), ao ser escolhido, prontamente ouviu segmentos da população e tornar o sistema tributário compatível com o estágio de desenvolvimento do País, descentralizando-o, de modo a promover a maior distribuição de renda entre as pessoas e as regiões.

# Petista sugere mudar tudo

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

"Política não é profissão nem meio de vida, não existe classe política nem carreira política. Eventualmente, as pessoas são eleitas para representar o povo, mas não podem fazer disso um meio de vida" — as declarações são do deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), que tem pronta uma polêmica proposta a ser apresentada à Assembleia Nacional Constituinte, alterando profundamente a orgânica do Legislativo federal.

De acordo com a proposta de Guimarães — 37 anos, economista com experiência sindical e eleito com mais de 40 mil votos —, os parlamentares não receberão nenhum tipo de pagamento para legislar — eles devem ficar em seus Estados e trabalhar em suas profissões para se sustentar. De graça, só receberiam passagem, hospedagem coletiva e refeições no "bandeirão da Câmara", ficando ainda sem gabinetes. "Assessoria, só a da Casa." Telefone, tudo bem, deve ser pago pela Câmara, e todo o serviço da Casa seria controlado por computadores.

O Congresso Nacional, no entender de Guimarães, se tornaria unicameral e ficariam extintos os recessos parlamentares, porque o Legislativo só se reuniria de dois em dois meses, nos fins de semana, e as reuniões teriam pauta mais ampla, como os congressos das centrais de trabalhadores, e todas as propostas, medidas e leis seriam votadas mais depressa



Virgílio Guimarães

"É preciso notar que a transição seria mais rápida e que as matérias, que hoje passam de três a quatro anos ou mais, seriam votadas imediatamente." Dessa forma seria eliminado também outro problema: "As leis aprovadas são, em 99,9% dos casos, desnecessárias".

Outra idéia do deputado é aumentar consideravelmente o número de parlamentares, na proporção de um para cada grupo de 50 mil eleitores. A administração da Câmara seria feita em rodízio, de dois em dois meses, e da mesma maneira os partidos dariam plantão, por meio de seus líderes.

"Minha proposta — justifica — é acabar com a farsa do Legislativo de hoje. Veja bem: quem não fica no plenário é por gazeta. E quem fica perde tempo. Isso porque todos nós recebemos uma sinopse com todos os pronunciamentos e, se quisermos, temos acesso aos discursos inteiros. As sessões não valem nada e quase todos fazem discursos para mandar aos eleitores ou para aparecer na imprensa."

"O plenário — continuou — o desapontado parlamentar — virou um picadeiro, um circo onde as pessoas representam, falando para o serviço de taquigrafia e para a *Voz do Brasil*. O deputado não tem função, passou a ser um despachante de luxo, servindo apenas para marcar entrevistas, solicitar internamento médico, levar prefeitos a Ministérios. É preciso que se deixe ao povo o acesso aos setores administrativos."

# Entre as propostas, até os jogos de azar

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Entre as 229 propostas apresentadas em quatro dias à Mesa da Assembleia Nacional Constituinte, e que servirão de base para o trabalho das subcomissões temáticas, figura a do deputado Salim Curiat (PDS-SP), pedindo a liberdade para a prática de jogos de azar. Segundo a sugestão, esses jogos poderiam ser praticados "nos lugares e na forma previstos em lei".

Curiat propôs também a redução do número de deputados, dos atuais 479 para apenas 203, garantindo o mínimo de quatro parlamentares por Estado e Distrito Federal e o mínimo de dois para os Territórios. Ni proposta de Curiat, que aborda vários aspectos da Constituição, está previsto que o mandato dos membros da Mesa, tanto da Câmara como do Senado, será de apenas um ano (atualmente são dois anos); o direito de veto para os maiores de 16 anos; a possibilidade de criação de guardas municipais; a estabilidade trabalhista dos atuais servidores públicos em todos os níveis. Prevê, finalmente, que ao ser promulgada a nova Constituição os atuais partidos políticos serão extintos, promovendo-se uma nova reforma partidária.

Fora da Constituinte, o governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, sugeriu que os Estados e municípios não possam criar formas de remuneração diferentes das que sejam contempladas em lei complementar para o funcionalismo público federal, procurando acabar com a figura do "marajá". Essa proposta será examinada pessoalmente pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, pois não se enquadra nas disposições do regimento interno da Assembleia.

Collor de Mello propõe punições mais severas para a desobediência às medidas sugeridas, com perda do mandato do governante que desobedecer às diretrizes federais, e pede a criação de lei especial de salários para o funcionalismo estadual ou municipal, acarretando a ineligibilidade do ocupante do cargo.

## FUNARO

O ministro Dilson Funaro comparecerá ao plenário da Câmara provavelmente no dia 22 para responder às interperações dos deputados sobre a política econômica. Foi o que ficou acertado ontem entre o presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, e os líderes do PMDB e do PDS.